

De onça a rouxinol: práticas do espaço urbano

Prof.^a Ms. Márcia T. Tembil Marques
HISTÓRIA (UNESP/UNICENTRO)
UNICENTRO, Guarapuava, Paraná

Resumo. O artigo analisa as relações entre uma cidade de médio porte, Guarapuava e seus pobres urbanos, partindo do pressuposto de que as cidades encerram a complexidade de toda a sociedade e, ainda, que têm em sua composição fragmentos de trajetórias históricas, o que impede que se estabeleça um conceito único e hermético. As práticas e representações da elite guarapuavana e de seus habitantes pobres, especificamente os favelados da “Toca da Onça”, foram contempladas no sentido de apreender a construção de espaços singulares numa cidade formal.

Palavras-chave: favela, cidade, cotidiano, representação.

Abstract. This article, we analyzes the relationship between a medium-size city: *Guarapuava* and its urban poor, from the point of view that cities contain the complexity of the whole society and, moreover, that they have in its composition fragments of historical trajectories, which makes it impossible to establish a single and hermetic concept for it. The practices and representations of the *guarapuavana* elite and of its poor inhabitants, specifically, the ones from "Toca da Onça" slums, the slummers from “Toca da Onça” slums, were contemplated in the sense of apprehending the construction of individual spaces in a formal city.

Key-words: slums, city, everyday life, representation.

A cidade encerra a complexidade de toda uma sociedade, o que justifica, de certa forma, o interesse das mais diversas áreas do conhecimento em seu estudo. Muitos conceitos são a ela atribuídos e a teoria tem se ocupado de lançar luzes ao tema.

Nesse sentido, julgamos pertinente fazer algumas considerações acerca da cidade, no que diz respeito às suas funções, legibilidade e representação.

Ao se constituir, enquanto centro agregador dos homens, a cidade confere a si a imagem de um ímã. Atrai e reúne diversas camadas da sociedade sob a falsa aparência de um todo homogeneizado. No entanto, mesmo sob o manto da unidade, deixa transparecer em seu cotidiano a pluralidade sócio-cultural que a permeia.

Menezes, ao enunciar a cidade como forma, como lugar de forças sociais e como imagem, questiona:

Qual realidade? Qual cidade? A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores e outros heróis (e dos vilões), dos donos do poder, de ontem e de hoje? Ou conforme a fonte de informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, planejadores e tecnocratas? Dos habitantes? Quais? Do homem da rua e daquele que, com suas mãos a constrói, simples instrumento? (MENEZES, 1985:198).

Diante de tais questionamentos, vemo-nos remetidos a questões nevrálgicas acerca de quais aspectos da história da cidade priorizar, conscientes da impossibilidade de abarcar “toda a história”. Por outro lado, concordamos com Menezes em seu enunciado ao conceber a cidade como artefato dos homens, como local em que se manifestam as relações sociais e como representação que se constitui de “componentes da prática social global, que inclui o universo de valores, aspirações, legitimações, critérios de inteligibilidade (MENEZES, 1985:200).

Rolnik (1988:18) refere-se à cidade como um “imenso alfabeto, com qual se montam e desmontam palavras e frases”. Não seria também uma forma discursiva de traduzir o movimento do cotidiano urbano em sua complexidade?

Nessa ótica, ruas, praças, casas, templos são lidos na perspectiva de um desenho que molda o mundo de quem o construiu. Decifrar parte desse mundo constitui-se numa tarefa das mais complexas que exige do historiador a articulação de modelos de teorias e a percepção de que as imagens são construídas por indivíduos socialmente categorizados.

“Paroxísticos em relevos monumentais”, foi a expressão utilizada por Certeau (1994: 69) ao definir os lugares que compõem a cidade, questionando assim uma “história objetiva” que, utilizando-se de alguns conceitos, teria a pretensão de estabelecer verdades que congregam a totalidade.

A que erótica do saber se liga o êxtase de ler tal cosmos? Apreciando-o violentamente, pergunto-me onde se origina o prazer de “ver o conjunto”, de superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos (CERTEAU, 1994:170).

Para Certeau, quem observa a cidade, do alto, como usuário/autor de produções arquitetônicas assemelha-se a um deus, possui o olho divino, um *voyeur* que

se apropria de um texto em detrimento daqueles que a constroem, mas não a percebem em sua legibilidade. No entanto, adverte o autor, é preciso descer, misturar-se às multidões, ser possuído pela cidade e vê-la enquanto um complexo composto de fragmentos que devem ser analisados em sua especificidade por se constituírem de trajetórias históricas. Trajetórias essas traçadas também pelos seus “praticantes ordinários”.

Esses praticantes ordinários, habitantes da cidade, também a produzem e a integram a despeito do que pretendem as elites. Dessa forma, na cidade planejada, inscreve-se uma outra que é inventada, reinventada todos os dias numa lógica própria de ocupação e reocupação do espaço urbano. O fazer cotidiano do cidadão pobre da “urbe” dá à cidade uma outra construção visual do espaço geográfico, denotando as contradições decorrentes das aglomerações humanas.

No entanto, a essa construção atribui-se o “caos”. E esse “caos”, impossível de gerir, é invertido no plano do discurso institucionalizado, de forma que o que era considerado como progresso nas teorias urbanísticas transforma-se em “catástrofe”, em virtude de seus desdobramentos. Nessa perspectiva, a favela é a catástrofe e como tal, enfermidade, nódoa nefasta da sociedade, e deve ser erradicada.

Nas cidades planejadas em pranchetas, não há espaço para esse tipo de ocupação, não se contemplam as práticas microbianas dos “habitantes comuns”. Segundo Sitte, na observação de Bresciani, essas cidades são

abstratas, alheias à materialidade densa de significados históricos, cidades onde se impõe a monotonia do traçado do sanitarista e do arquiteto divorciados do exercício da arte em meio a uma sociedade onde prepondera o elogio ao funcionalismo, à estética do sempre igual, do previsível, da disciplina (BRESCIANI, 1993:8).

O disciplinamento urbano, a que se refere Sitte, constituiu-se, no século XX, num fator sempre presente no alinhamento de ruas, nos padrões de construções, de maneira a assegurar o controle sobre as classes pobres. Urbanistas do século XIX, na Europa, já atribuíram os males da sociedade às ruelas da cidade, à disposição de suas construções, herdadas do período medieval. Segundo eles, para impedir a sublevação das classes subalternas fazia-se necessário remodelar as cidades, interferir no contorno de seu desenho e também higienizá-las.

Esse pensamento sobreviveu ao tempo e se insere na prática daqueles que planejam a cidade. Para os urbanistas higienistas, a cidade sedimentada pela história constitui-se numa cidade impregnada de vícios que a desqualificam. “A idéia de cidade viciosa se prestará plenamente a desqualificar pelo discurso a cidade real, onde vivem as camadas populares” (PECHMAN, 1994:31).

Partindo desse pressuposto, as classes dominantes, utilizando-se de representações que legitimam suas ações, fundam o poder sobre a cidade, intervindo no

espaço, atribuindo formas de uso e apropriação e estabelecendo proibições. Para isso, fazem uso de artifícios tanto de ordem econômica, política como urbanística, submetendo a cidade real a seus discursos ideológicos e, a exemplo das cidades medievais européias, fechando suas portas para as camadas populares, fazendo do centro um espaço privilegiado pertencente às elites. Dessa forma, tanto "no plano dos símbolos, como plano real o centro escapa ao povo" (PERROT, 1993:122).

Nas cidades planejadas e regulamentadas pela elite, a ordem urbanística propicia, corroborando o pensamento de Sitte, a quebra da densidade histórica, fazendo-se notar em suas representações ao separar público e privado. Assim, "a rua é o espaço de circulação que remete às esferas de consumo e trabalho e a casa, o pressuposto da vida privada e da felicidade" (PECHMAN, 1994:33).

Pechman insiste na idéia, afirmando ainda que:

limpando a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenção e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizado cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar e em cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado e os perigos de vazios por outro (PECHMAN, 1994:33).

Esse urbanismo, que parece tratar-se de um procedimento em nível europeu, pode ser observado também em várias cidades do Brasil desde o início de seu processo de urbanização. A preocupação dos planejadores das cidades tem sido a construção de uma cidade de valores burgueses que ignora a "cidade popular". Diante dessa preocupação, o centro, por se tratar de um espaço valorizado pelas elites, recebe tratamento especial.

Prática comum à elite governamental brasileira, no decorrer do século XX, consistiu no embelezamento das cidades atendendo ao desejo de "modernização" do espaço urbano e à idéia de "progresso". Nesse sentido, além da preocupação com a forma, dedicou-se especial atenção aos discursos acerca da cidade, construindo-se um imaginário que nega a cidade real. O ufanismo se fez presente no plano dos discursos, da imagem e da forma. No entanto, não o suficiente para ocultar, por mais que se depreendesse todo um esforço nesse sentido, o avesso da cidade, uma outra paisagem engendrada na periferia onde era possível se constatar a carência de bens, serviços e ausência de qualidade de vida.

Para a elite, o progresso muitas vezes significava prédios pomposos e largas avenidas arborizadas, em vez de fornecimento adequado de água, iluminação e rede de esgotos para todos os bairros da cidade. Os serviços públicos não acompanhavam o crescimento urbano, deixando os bairros pobres muito mais atrasados (HAHNER, 1993:165).

O recorte espacial e temporal feito por Hahner refere-se ao final do século XIX e início do XX e às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em especial. Entretanto, sua análise pode ser transposta, guardando-se as devidas proporções, considerando-se a análise dos períodos históricos específicos, para outras cidades em outros períodos e regiões do Brasil. Afinal, a ordem urbana, via de regra, privilegia, como já dissemos anteriormente, uma ideologia dos grupos dominantes, e as cidades materializam essa ideologia.

Le Goff (1998: 114), ao comentar sobre as formas da “urbe” e afirmar que a cidade contemporânea identifica-se com a cidade medieval, sinaliza que “a arquitetura moderna retomará da cidade medieval, aquilo que estabeleceram como norma do urbanismo: ordem e luz, matemática e razão, cor e verticalidade”. Esse modelo sobrevive no imaginário urbano, estabelecendo, em sua concepção, uma imagem simbólica, uma imagem de ordem que permite a conotação de igualdade entre os homens, diferente do que se presencia no plano real. A dominação ou poder simbólico procura se materializar através de seus monumentos, discursos, insígnias, corroborando o poder dos grupos dominantes. Afinal, segundo Bordieu (1989: 16), “os instrumentos simbólicos são meios de comunicação e poder”.

Uma visão onírica da cidade é construída e refletida em suas fachadas, painéis luminosos, avenidas, prédios que desafiam os limites humanos, absorvendo seus habitantes e difundindo uma imagem de ordem e progresso, mobilidade e dinamismo, enquanto objetos de construção do mundo objetivo.

Envoltos nesse bombardeio de imagens e discursos, os habitantes da cidade são arrebatados e compelidos a aceitá-la e festejá-la com todos os seus desajustes e desequilíbrios. Na verdade não conseguem perceber com clareza o que os atrai e os faz habitar a cidade, pois esta “sobrepõe-se a eles como um fato estranho do qual é impossível encontrar o fio”. Porém, “a própria cidade que parecia oferecer o máximo de comunicação e mobilidade, despedaça-se em partes, bairros, guetos, criando barreiras sociais e psicológicas” (GUIDUCCI, 1989: 56).

Portanto, ao mesmo tempo em que, no campo simbólico, expressa a unidade, a cidade vê-se sacudida pelas contradições de toda ordem que se evidenciam no que se convencionou chamar de crise urbana. A crise, por sua vez, pode mostrar que

os problemas da cidade não podem ser resolvidos com planos e arquiteturas, mas que planos e arquiteturas devem descender de um conhecimento profundo dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos, das relações de vizinhança, de todo o tecido do qual é feita a vida associada (GUIDUCCI, 1989:55).

E é, na perspectiva da vida associativa, enquanto objeto central da construção das cidades, que Mumford critica as práticas urbanistas, dizendo

que boa parte da obra que tem sido feita sob o nome de planejamento urbano deve ser desfeita e desacreditada, pois não tem a ver com as funções essenciais da vida nas cidades mais do que o trabalho do cenarista e do empresário têm com a criação de Hamlet (MUNFORD, 1961:496).

A análise aponta, desse ângulo, a tentativa de se construir com base em fundamentos racionalizantes, enfatizando que o máximo que se conseguiu com isso foi uma cidade geometrizada composta de elementos repetitivos e destituídos de identidade na extensão das periferias. Mas, mesmo em suas formas geometrizadas, os habitantes comuns penetram em sua porosidade e na sua “maneira de fazer” cotidiana, inscrevem-se numa cidade que, a princípio, não os acolhe e não os aceita.

Vistos como elementos perigosos pela elite, aos pobres é negado o direito à cidade. No entanto, apesar de todas as práticas reguladoras do espaço urbano, entre as quais as urbanísticas, visarem à “limpeza” das camadas pobres dos domínios da cidade, elas a repossuem e a reinventam ao ocuparem locais baldios, numa resistência viva ou surda que desafia a cidade funcionalista, ou seja, a cidade meticulosamente planejada por urbanistas e arquitetos, onde se estabelece um lugar para cada coisa e uma coisa para cada lugar.

Assim, nessa cidade, “sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional - impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1994:174).

Nesse sentido, as pessoas tecem, por suas práticas do espaço, a vida social, criando uma cidade singular que, no entanto, não fica fora totalmente da cidade “regular” ou “formal”, ao se constituir em fruto ou desdobramento desta.

Tal afirmação traduz-se na existência das favelas, que surgem como única forma de sobrevivência para uma determinada parcela da população urbana, conforme sublinha Bresciani ao afirmar que as invasões são uma “evidência irrefutável de que, inserida na cidade formal, existe uma cidade informal, clandestina e indesejável que se faz cada dia mais presente (BRESCIANI, 1998:246).

Assim, como tantas outras favelas da cidade de Guarapuava, a “Toca da Onça”, constituiu-se num espaço “clandestino”, que abrigou pessoas provenientes do campo e mesmo de outras favelas desmanteladas, que não conseguiram arcar com os custos de sobrevivência da cidade formal. O nome original da favela era Guaicici. A denominação “Toca da Onça” decorreu das condições geográficas, uma região acidentada e íngreme, e pelo fato de ser habitada exclusivamente por pobres. Configurou-se como uma das maiores favelas de Guarapuava, vista como um antro de ladrões e bandidos perigosos. Daí a associação à onça, um animal perigoso, traiçoeiro e rápido que vive escondido na mata à espreita de suas vítimas. As "onças", que poderiam molestar os “cidadãos”, eram os pobres que, desalojados de seus locais de origem, fizeram da Toca o

seu novo local de moradia. Essa visão estigmatizada por parte do restante da população guarapuavana, assim como as próprias dificuldades geográficas de acesso à favela, levaram a sua segregação e relativo isolamento.

Para os moradores da Toca, a percepção, mesmo que difusa, de que participavam de um mundo singular, obrigava-os a reinventar o seu próprio espaço. Transitar pela favela, perambular livremente nos arredores, eram práticas comuns entre os moradores para reconhecer e demarcar seu território. Eles se sentiam integrados ao “pedaço”¹, identificando-se entre si como iguais. A identidade, portanto, derivou da percepção que tinham de si próprios e do mundo a sua volta, o que desembocou na construção de um sistema de idéias e imagens de representação coletiva da Favela.

Tal constatação corrobora a observação de Chauí de que:

(...) a população da periferia cria um espaço próprio no qual os símbolos, as normas, os valores, as experiências, as vivências, permitem reconhecer as pessoas, estabelecer laços de convivência e de solidariedade, recriar uma identidade que não depende daquela produzida pela sociedade mais ampla (CHAUÍ, 1996:70).

Vivendo, pois, em condições de ilegalidade, os favelados estabeleceram, por suas “maneiras de fazer”, relações singulares com o espaço da favela e o da cidade. O primeiro constitui-se num espaço de socialização, onde desenvolveram uma trama de relações sociais que os fazia identificarem-se com aquele espaço, o “pedaço”. Já o segundo, que os rejeitava por sua pobreza, era visto como um espaço de circulação, sem contudo compreender a identificação, de onde depreendemos que a segregação não se dava apenas pela forma como a elite determinava a ocupação do espaço.

De modo geral, o local com o qual o morador da favela identifica como o seu “pedaço” é circunscrito aos domínios do espaço que ocupa e passa, necessariamente, pela interpretação e apropriação do público e do privado. Ao estabelecer relações com essas duas esferas, reinventando-os, as classes subalternas resistem, sem contudo se rebelar abertamente. Para isso, segundo Chauí, reinventam a casa, o espaço e novas práticas de sobrevivência.

Essa reinvenção de espaços constituiu-se numa singularidade da favela “Toca da Onça”, persistindo, após superado o período de adaptação, nas práticas em relação ao espaço do Conjunto Rouxinol, para onde foram transferidos os moradores da favela após o seu desmantelamento.

¹Magnani utiliza o termo pedaço para designar um espaço que se faz intermediário entre o público e o privado, aqui entendido como a casa. Nesse espaço, o pedaço, criam-se redes de relações sociais que vão além daquelas estabelecidas na família e apresentam uma densidade superior às relações formais e individualizadas postas pela sociedade. cf. MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucite/UNESP, 1998.

As suas “práticas ordinárias” é que deram a configuração dos espaços ocupados, tecendo a vida social. Nesse espaço da periferia, suas casas, por exemplo, apresentam portas e janelas escancaradas durante todo o dia de forma que seus moradores, mesmo no interior das casas, não perdem o que se passa na rua.

Enquanto as classes médias e altas valorizam ao último a privacidade da casa, criando um espaço íntimo de reclusão das famílias, as classes pobres, pelas próprias dimensões da habitação, se abrem ao público, fazendo da rua a extensão das atividades da casa. Segundo Perrot, numa observação do comportamento social na Europa dos séculos XVIII e XIX, mas que pode ser tomado na análise da sociedade atual, “a originalidade das classes populares urbanas está em sua rede familiar não se inscrever nem na imobilidade da terra nem no fechamento interior” (PERROT, 1991:316).

As crianças das classes altas ou ficam no interior das casas ocupadas com televisão, computadores e jogos eletrônicos ou brincam no *playground* dos edifícios e condomínio fechados, sob o olhar atento de babás ou mesmo dos pais e de outras pessoas da família, sem jamais obterem permissão para brincar na rua. Para eles “o espaço reparte-se simbolicamente em interior-família-segurança / exterior-estranho-perigoso” (GUERRAND, 1991:335).

Portanto, a rua não é o espaço de crianças e sim um espaço de circulação, onde carros ocupam a cena principal e pessoas vão e vem, passam, e não param. É o espaço da pressa, do serviço, da funcionalidade, do medo. O espaço do anonimato, onde as pessoas são sempre mais um no tempo da multidão².

Já as crianças das camadas pobres utilizam-se da rua com a mesma liberdade que da casa. Para eles não é local perigoso, marcado pelo “fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas.” (DaMATTA, 1998:29). Não pelo menos nas ruas de seus bairros. As crianças do Rouxinol (antigas moradoras da favela) vêm na rua o espaço dos folguedos infantis. Transitam pelo conjunto livremente. Não raras vezes ouvem-se os gritos das mães clamando o nome dos filhos quando precisam deles para alguma atividade ou para lhes oferecer alimento. Diante de cenas como a descrita, tudo leva a crer que “vivemos numa sociedade onde casa e rua são mais que meros espaços geográficos. São modos de ler, explicar e falar do mundo” (DaMATTA, 1998:29). E não restam dúvidas de que as pessoas fazem a leitura e uso desses espaços conforme o lugar que ocupam na sociedade. Portanto, conforme lembra Pechman, “querer compreender a cidade popular à luz da cidade burguesa e a partir das concepções da burguesia nada há de mais infrutífero” (PECHMAN, 1994:30).

² Walter Benjamin, referindo-se a Paris do século XIX, analisa o fenômeno da multidão, onde o transeunte é mera referência insondável. Cf. BENJAMIN, Walter. *Iluminaciones: Baudelaire, um poeta em esplendor del capitalismo*. Madrid: Ediciones Taurus, 1972.

Na periferia, tanto espaço quanto tempo são desafiados. Na rua, as pessoas param, conversam, brincam e, no meio dela, tecem a trama de convivência, criam um outro espaço. Carrinhos de rolimã, feitos de improviso pelas próprias crianças que os utilizam, descem as ruas esburacadas, em outro canto meninos empinam pipas construídas de materiais sucateados, rodas e correrias infantis coexistem com grupos de adultos que também fazem da rua um espaço de socialização.

Tais imagens diferem das práticas burguesas, onde a privacidade da casa extrapola as suas dimensões, abarcando os convívios e sujeitando-os a normas de comportamento, ou seja, privatizando o público. A diferenciação adotada pela burguesia no uso dos espaços internos da casa se estende à cidade, doutrinando condutas e criando normas de utilização dos espaços públicos.

Porém, enquanto os planejadores buscam transformar a complexidade da cidade numa fórmula legível, as práticas, em especial dos moradores pobres, mostram que a interpretação passa pela opacidade.

Nesse contexto, a relação entre o público e o privado é norteada pelas práticas de seus moradores, destoando das normas impostas para a “cidade formal” ou “regular”. Dessa forma, não só no singular espaço da periferia como também no da cidade planejada, o habitante pobre extrai elementos que integram o todo e os lê de acordo com as categorias que dispõe, norteando suas práticas a partir daí. Nesse sentido, evidenciam os paradoxos da cidade que escapam a um olhar que se pretende totalizador.

Em síntese, as elites constroem espaços homogêneos, estabelecendo regras de conduta, regulamentando o uso e apropriação desses espaços, mas os moradores pobres da cidade, por suas práticas, colocam em xeque as normas estabelecidas ao inscreverem, na cidade formal, uma cidade em deslocamento.

Seus passos, como diria Michel de Certeau, “moldam espaços”.

Referências

- BENEVOLO, L. *História da cidade*. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BENJAMIN, W. *Iluminaciones: Baudelaire, um poeta em esplendor del capitalismo*. Madrid: Ediciones Taurus, 1972.
- BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRESCIANI, S. (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1993.
- BRESCIANI, M. S. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHAUI, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- Da MATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
- _____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
- FILHO, N. G. R. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 1969.
- GUERRAND, R. H. Espaços privados. In: PERROT, M. (org). *História da vida privada*. Trad. Bernanrdo Joffily. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GUIDUCCI, R. *A cidade dos cidadãos: um urbanismo para todos*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.56.
- HAHNER, J. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920*. Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Edunb, 1993.
- LE GOFF, J. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucite/UNESP, 1998.
- MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança. In: NOVAIS, F. A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3. 1992.
- MENEZES, U. T. B. O museu da cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus da cidade. *Rev. Brasileira de História: cultura e cidades*. São Paulo: Editora Marco Zero, v. 5, n. 8/9 - set. 1984, p. 199 / Abr.1985, p. 199-205.
- MUNFORD, L. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.
- PECHMAN, R. M. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Sttela. *Imagens da cidade*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- PERROT, M. Maneiras de morar. In: PERROT, M. (org.). Trad. Bernardo Joffily. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1991.
- _____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SENNET, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.